



# Anais da Assembléia

Nº 65

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE JUNHO DE 1975

ANO I

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 94ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 1975 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Maurício Fruet e Leopoldo Jacomel.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados Del Ciel, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, David Federmann, Domício Scaramella, Ernesto Gnoato, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lineu Turra, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Aragão de Matos Leão e Rosário Pitelli. (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.  
Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

VOTAÇÃO EM DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 71/75, veto aposto ao Projeto de Lei nº 70/72, de autoria do Deputado Domício Scaramella, que autoriza o Poder Executivo criar sob regime de Fundação, uma Escola Técnica destinada a aprendizagem industrial, na Cidade de União da Vitória, com parecer da C.C.J., pela manutenção do veto.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo com o projeto, queiram levantar-se. — **Rejeitado o projeto e mantido o veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 17, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 75/75.

Levanta-se a Sessão.

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 95ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 1975 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Maurício Fruet e Leopoldo Jacomel.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel S. Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, e Wilson Fortes (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados Del Ciel, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, David Federmann, Domício Scaramella, Ernesto Gnoato, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lineu Turra, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Aragão de Matos Leão e Rosário Pitelli. (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### OFÍCIOS:

Sob os nºs 61, 62, 74, 75, 79 e 80/75, do Senhor Governador do Estado, no qual comunica haver SANCIONADO os Projetos de Leis nºs:

**166/74:** Do Senhor Ex-Deputado XENOFONTE VILANUEVA, que denomina Unidade Escolar Professor FRANCISCO VILLANUEVA, a atual Unidade Escolar de Vila Oliveira no município de Rolândia, o qual convertido em Lei tomou o número 6.669. — **Agradeça-se.**

**278/73:** Do Senhor ex-Deputado HAROLDO BIANCHI, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, da cidade de Ibaiti, o qual convertido em Lei tomou o número 6.666. — **Agradeça-se.**

**288/73:** Do Senhor ex-Deputado ARTHUR DE SOUZA, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Protetora de Amigos de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o número 6.671. — **Agradeça-se.**

**229/71:** Do Senhor ex-Deputado IGO IWANT LOSSO, que declara de Utilidade Pública, a Casa Maternal Nossa Senhora Aparecida do Bairro de Santa Felicidade, nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 6.672. — **Agradeça-se.**

**28/74:** Do Senhor Deputado ROSALIO PITELLI, que declara de Utilidade Pública, a Liga das Senhoras Católicas da Cidade de Sertaneja, o qual convertido em Lei tomou o número 6.670. — **Agradeça-se.**

**123/74:** Do Senhor ex-Deputado ERONDY SILVÉRIO, que transfere por morte da beneficiária Rosália Freitas de Carvalho, a pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), para sua filha Ondina Carvalho Oliveira, o qual convertido em Lei tomou o número 6.673. — **Agradeça-se.**

## REQUERIMENTOS:

### REQUERIMENTOS

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, observadas as formalidades regimentais, requer, ouvido o plenário, o envio de ofício ao Deputado Antônio Anibelli, apresentando cumprimentos e hipotecando irrestrito apoio à iniciativa da apresentação de projeto para a criação da zona franca de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO.

### JUSTIFICATIVAS:

Deverá o Governo Federal atentar para a importância, dimensão e oportunidade do proposto na Câmara Federal, pelo Deputado Paranaense ANTÔNIO ANIBELLI.

Lógica e naturalmente, a região polarizada pelo município de Foz do Iguaçu, pela implantação da maior usina hidrelétrica do mundo — a de Itaipu —, que começa atrair um contingente populacional semelhante ao que caracterizou a fundação de Brasília, respaldará sobejamente as argumentações invocadas pelo parlamentar proponente.

A Criação da SUFRAÇU terá configurações de nova “barragem” a ser edificada naquele contexto geográfico de três fronteiras internacionais, concorrendo para a limitação ou acentuada diminuição da evasão de divisas para o exterior.

Na melhor das horas, levantando tão importante questão, reafirmando elevado interesse pelas coisas de seu Estado, o Paraná, o Deputado Annibelli, pela iniciativa tomada, das mais felizes e oportunas, merece nossa solidariedade nosso apoio, nosso incentivo e nossos cumprimentos e, para o que acima requeremos pleiteamos a adesão de todos os colegas com assento nesta Casa de Leis.

### REQUERIMENTO

Súmula:— Solicita da Presidência da Casa o envio do pronunciamento feito no Grande Expediente da sessão de quinta-feira, dia 12 do corrente, aos Senhores Presidente da República, Presidente do Banco Nacional de Habitação, Ministro da Justiça e Governador do Estado.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de direitos que lhes são conferidos por lei, requer, seja enviado cópia de seu pronunciamento feito quinta-feira, dia 12 do corrente, sobre o Banco Nacional de Habitação e as autoridades constantes da Súmula.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1975.

a) LÚCIO MACHADO.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, se oficie ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador HENRIQUE NOGUEIRA DORFMUND, fazendo um apelo para o início imediato da construção do novo prédio para o Fórum da Comarca de CIANORTE.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO.

### JUSTIFICATIVA.—

O projeto de engenharia para a construção do novo prédio do Fórum de CIANORTE, está pronto há quase um ano. A verba destinada a esta construção, no montante de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), é a maior destinada a construções, fato que orgulha a população cianortense pelo reconhecimento aquele próspero município paranaense.

Na realidade, será aquela obra integralmente custeada por verba do Poder Público Estadual.

## PROJETOS DE LEI:

### PROJETO DE LEI Nº 74/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

### D E C R E T A:

Art. 1º — Passa a denominar-se “JOÃO LUNARDELLI”, o trecho da estrada de Rodagem PR-71, que liga os municípios de Rolândia a Porecatu.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1975.

aa) Fuad Nacli

Luiz Alberto Oliveira

Gabriel Sampaio

Lázaro Dumont

Paulo Camargo.

### JUSTIFICATIVA:

João Lunardelli, recentemente falecido, foi um dos grandes pioneiros que o Paraná já possuiu. Nascido no vizinho Estado de São Paulo, na localidade de Sertãozinho, em 23 de julho de 1908, veio ao Paraná em companhia de seu Pai e Irmão, em 1941, onde empreendeu o desbravamento da rica região do Norte do Paraná. Com o seu espírito pioneiro e desbravador, João Lunardelli, conseguiu transformar vasta região do norte do nosso Estado, em um centro econômico e industrial dos mais importantes do País. Fundador da cidade de Porecatu e de inúmeras outras, foi efetivamente, o maior desbravador daquela vasta e rica região do Norte do nosso Estado. Dentro desta justificativa, é que apresentamos o presente plano de lei, que visa prestar uma homenagem a um ilustre brasileiro que muito deu de si para o engrandecimento de nosso Estado.

### PROJETO DE LEI Nº 75/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

### D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE LOANDA, com sede neste município.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1975.

a) PAULO CAMARGO.

### JUSTIFICATIVA:

O projeto que estamos submetendo à apreciação do plenário, visa declarar de Utilidade Pública uma entidade com objetivos filantrópicos, servindo efetivamente à comunidade do município de Loanda, desde 1964.

Conforme verificamos nos documentos encaminhados pela A.P.M.I., a mesma cumpre fielmente os dispositivos estatutários, prestando serviços gratuitos às famílias desamparadas, sob forma de promoção humana, alimentação, remédios, roupas, calçados, enfim, tudo que está ao seu alcance financeiro.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a Hora do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já alguns dias estamos para oferecer à Mesa um pedido de informações para ser encaminhado à empresa de economia mista TELEPAR, antes que o Paraná perca a sua vinculação a esta empresa.

Para este fim apresento o seguinte requerimento: (Lê):

## REQUERIMENTO

"Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas prerrogativas regimentais e com a máxima vênia, vem a V. Exa. uma vez ouvido o douto plenário desta Casa, requerer seja oficiado ao Exmo. Sr. JAYME CANET JÚNIOR, DD. Governador do Estado, no sentido de que, através do Sr. RENATO ANTONIO JOHNSON, Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, sejam prestadas as seguintes informações:

- I— Quantos usuários ou promitentes usuários integralizaram o pagamento de suas participações financeiras:
  - a) No ano de 1972?
  - b) No ano de 1973?
  - b) No ano de 1974?
- II— Em quanto importou o total recebido em dinheiro, referente a cada um desses anos, em relação a pagamentos integralizados?
- III— Quantos usuários ou promitentes usuários que completaram o pagamento de seus planos nos anos de 1972, 1973 e 1974 já receberam oitenta e cinco por cento das quantias pagas, em ações da "TELEPAR", previstas em lei?
- IV— Quantos usuários ou promitentes usuários que já completaram o pagamento de suas participações nos anos constantes alíneas deixaram de receber seus créditos de oitenta e cinco por cento, em ações:
  - a) Em 1972?
  - b) Em 1973?
  - c) Em 1974?
- V— Qual data é prevista para serem creditados aos participantes mencionados no item IV, as ações que lhe são devidas pela "TELEPAR"?
- VI— Quanto a "TELEPAR" distribuiu de bonificação e de dividendos nos anos de:
  - a) 1973?
  - b) 1974?
  - c) 1975?
- VII— Como pretende a "TELEPAR" ressarcir os participantes de planos que completaram seus pagamentos de maneira a terem direito a receber as ações, cujo valor patrimonial seria o do início dos "exercícios sociais" de 1973, 1974 e 1975, na forma prevista pela Portaria nº 415 de 23 de agosto de 1972, do Ministério das Comunicações, sem prejuízo das bonificações e dividendos a que os mesmos têm direito, dando cumprimento à parte do contrato dos Planos de Participação que estipula:

"Conforme Portaria nº 415 de 23.08.72, do Ministério das Comunicações, ao usuário, ou promitente usuário serão creditados oitenta e cinco por cento das quantias pagas, devendo a TELEPAR, entregar-lhe, pelo valor patrimonial, ações correspondentes ao valor creditado, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a integralização do pagamento da participação financeira."

- a) O valor patrimonial referido neste item será o do início do exercício social em que ocorre a entrega das ações."

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO.

## JUSTIFICATIVA:

Segundo consta expressamente em cláusula dos diversos contratos firmados entre a Companhia de Telecomunicações do Paraná e adquirentes de telefones, em seus diversos "Planos de Participações, aplicados não só nesta Capital, mas, igualmente, em outros municípios, tais como: União da Vitória, Cascavel, etc., aquela Companhia assumiu a obrigação de entregar oitenta e cinco por cento do valor pago pelo usuário ou promitente usuário, em ações da "TELEPAR".

As mencionadas ações, deveriam ter sido entregues, no máximo, até 180 (cento e oitenta) dias das datas em que cada participante dos planos integralizasse o pagamento de sua participação financeira.

Acontece, que muitos deles quitaram seus contratos à vista, na oportunidade em que os referidos planos de participação foram lançados, isto é, a partir do ano de 1972, conforme consta da Portaria número 415, emenda do Ministério das Comunicações, datada de 23 de agosto daquele ano, sem terem recebido suas ações até a presente data, o que, "ab initio" caracteriza uma inadimplência contratual.

Considerando que em todos os Planos de Participação existem cláusulas similares à de número 5 dos contratos firmados em Curitiba, verificamos que:

"Conforme Portaria número 415, de 23.08.72, do Ministério das Comunicações, ao usuário ou promitente usuário serão creditados oitenta e cinco por cento das quantias pagas, devendo a TELEPAR entregar-lhe pelo valor patrimonial, ações correspondentes ao valor creditado, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a integralização do pagamento da participação financeira.

- a) O valor patrimonial referido neste item será o do início do exercício social em que ocorrer a entrega das ações.
- b) Os recursos correspondentes aos quinze por cento restantes das quantias pagas pertencerão à TELEPAR, para cobertura das despesas administrativas do empreendimento.
- c) Para cobertura das despesas capitalizáveis de instalações especiais, tais como: instalação ou acréscimos de equipamentos fora da área de tarifa básica, cabos e terminais em prédios, mesas de ligações (inclusive ramais e acessórios), linhas privadas permanentes, bem como outras instalações a TELEPAR adotará o sistema de participação financeira com retribuição em ações, conforme previsto neste item."

Considerando que, salvo alguns participantes do Plano inicialmente lançado em Curitiba (prefixos 22, 23 e 24) que presumivelmente tenham recebido suas ações, os demais, principalmente aqueles do interior do Estado, não tem notícia do destino de seus créditos, nem das intenções da Companhia quanto aos seus direitos adquiridos, uma vez que esta descumpriu ajustes firmados, o presente petitório visa esclarecer os investidores sobre as reais intenções da TELEPAR. E há motivo para estas indagações, de vez que o controle acionário da empresa, até então pertencente ao Governo do Estado, está se passando para o Governo Federal, à revelia dos acionistas populares."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nessas condições, entendemos da necessidade da TELEPAR esclarecer a respeito da destinação que pretende dar ao direito adquirido em ações, cujo documento comprobatório a Companhia ainda não entregou aos seus usuários.

E já se falou desta tribuna, por Deputados de nossa bancada e também da bancada da Arena, a TELEPAR que deveria ser preservada para o Governo do Paraná, além de não preservar, além de estar, a nosso ver, alienando em parte, a "non domino" esses direitos acionários, queremos saber, por indagação de usuários, qual a intenção da TELEPAR em entregar ou não, e porque não entregou. E é nesse sentido que vasamos o requerimento, como pedido de informações, à Mesa.

Era só isso, Sr. Presidente. — Sem revisão do orador.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, segundo orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, sentimos, como milhares de paranaenses, uma satisfação natural que é do conhecimento do povo brasileiro, ao ver que, no Paraná, iniciou a circulação, na segunda-feira, de um dos mais conceituados jornais deste Estado. Foi sem dúvida, uma edição comum e brilhante, normal e constituinte da satisfação geral, principalmente dos curitibanos, que, no jornal a "Gazeta

do Povo", começa a chegar aos lares, principalmente dos curitibanos, na segunda-feira.

(Lendo): "NENHUM TIPO DE IMPRENSA, conseguiu e jamais conseguirá se destacar sobre a imprensa escrita; desde a imprensa régia até a liberada, os seus relevantes serviços se destacaram como magistralíssimo na construção deste País e no desenvolvimento das democracias do mundo.

O jornal é, como sempre foi, e sempre haverá de ser, o pão de cada dia das culturas humanas, o esteio da segurança social, o tiponeiro das veredas Democráticas do mundo.

Desde os papiros até as gigantescas "off-sets" de hoje, IMPRENSA ESCRITA, deve ser considerada, como a chama altruista que rasga as trevas do desdouro, das idéias mesquinhas e da negligência humana.

Muitos foram os grandes sacerdotes dessa imprensa milenar que tombaram em suas caminhadas gloriosas; seus nomes permanecem na história, e delas jamais se apagarão: Pedro, João, Mathews e tantos outros, chamados apóstolos; naturalmente não foram os primeiros jornalistas mas, aí estão eles, configurados nas histórias sagradas.

Milhares e milhares de heróis da informação, salvaram pátrias inteiras neste planeta terráqueo, através do jornalismo heróico, exercido na forma permitida pela época.

Hoje... Um dos mais destacados Jornais de Circulação neste Estado. Oferece um dos mais importantes prêmios deste ano, ao grande povo paranaense. Depois de 56 anos de circulação ativa, inteligente, honesta, livre e sem qualquer sectarismo — A GAZETA DO POVO, entrega ao público, aos seus assinantes, aos seus milhares de leitores, o primeiro número das Segundas-Feiras, o número da edição 21.556. Parabéns à GAZETA DO POVO, acima de tudo, por ser esse órgão da imprensa, o PRIMEIRO, a atender, que o jornal é o pão de cada dia de todas as culturas, portanto, em nenhum dia poderá faltar aos lares do Paraná."

Quero deixar aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que conste dos Anais desta Casa, os parabéns deste modesto representante de uma pequena parcela do povo paranaense, pela circulação do 1º número da segunda-feira da "Gazeta do Povo".

Este o meu pronunciamento no Pequeno Expediente de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira.

Não se encontrando presente o Deputado Otássio Pereira, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, quarto orador inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna para solicitar a transcrição nos Anais da Casa de um artigo publicado no "O Estado de São Paulo", de ontem, com o nome "Partidos e Distribuição de Cargos".

A pegar a moda lançada por alguns dos Srs. Governadores designados, nossos olhos verão, antes das eleições municipais de 1976, uma involução da frágil organização social e política brasileira aos níveis do tempo da casa-grande, quando o sistema de senhorio partidário reinava sobre feudos municipais ou regionais: para sedar o pânico que ainda assola os arraiais arenistas desde novembro de 1974, o único remédio encontrado pelos ilustres Srs. Governadores foi comportar-se como distribuidores de apanágios e benefícios e criadores de uma rede múltipla de vassalagens.

(Lendo): Do Piauí do Sr. Petrônio Portella conta-se que o Governador Dirceu Arcoverde, de posse dos mapas eleitorais, delega aos candidatos arenistas bem sucedidos o direito de indicar nomes para cargos e funções administrativas.

No Pará, uma "arregio" semelhante foi firmado entre os 20 deputados arenistas à Assembléia Legislativa, depois de debatido, longamente, de fixadas as normas para os casos de lideranças locais controversas e de se ter previsto a hipótese de reme-

ter ao arbítrio do governador a disputa entre partes inconciliáveis; tudo selado sob o nome de "protocolo político."

"Se esta é a praxe em dois Estados onde a Arena não foi tão mal assim, em novembro de 1974, como essa estratégia de futuras vitórias irá transferir-se para outros Estados, onde as feridas do partido ainda não se cicatrizaram? Será a denunciada pelo MDB catarinense, de trocar nos guichês bancários a filiação partidária por concessão de empréstimos? Ou se obter com ela uma locação melhor nos quadros do funcionalismo estadual? Ou será uma estratégia menos afrontosa, como a adotada em São Paulo, onde os deputados federais querem redistribuir a renda eleitoral das generosas outorgas feitas ao deputado e secretário Rafael Baldacci Filho?

E que dizer dos critérios dessa estranha privatização? São os menos pacíficos possíveis; ela obedece ao atrativo publicitário de vitórias imediatistas quando não há necessidade de se oferecer um prêmio de consolação aos que se esforçaram inutilmente com pleitos passados; ou simplesmente a de manter no poder os que não apresentem títulos para reclamá-lo como acontecia, outrora aos filhos caçulas de famílias aristocráticas, regalados com os apanágios tirados do domínio real."

Finaliza este artigo que peço a transcrição nos Anais desta Casa: Vê-se agora que o caudilhismo é um vírus resistente, disposto a reaparecer sob novas formas e sob outro clima — até mesmo sob clima de distensão. Ele continua latente no ânimo de certos políticos, que infelizmente, se encontraram reunidos na cobertura ampla do partido dito da Revolução".

Sr. Presidente, a transcrição deste artigo é que peço através do requerimento que passo a ler: Le

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja transcrito na Ata dos trabalhos de hoje, o artigo "Partidos e distribuição de Cargos", do jornal "O Estado de São Paulo", do dia 15 do mês corrente.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1975.

a) DENI SCHWARTZ".

(Sem revisão do orador.)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, quinto orador inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em reunião da Comissão Executiva do Diretório Municipal da Arena, realizada na manhã de hoje, foi registrada, nos termos da legislação eleitoral, a chapa Integração, com vistas à convenção a ser realizada no próximo dia 13 de julho.

Representa esta chapa, a única registrada, o equilíbrio das forças políticas atuantes em nosso Partido, sem esquecimento das novas lideranças, eis que durante o corrente ano, aproximadamente 2.500 novos filiados se contam nas fileiras arenistas.

Observamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estar havendo por parte do povo atuante nas diversas áreas da atividade humana o interesse pela participação, definindo que através dos partidos políticos é que poderemos aperfeiçoar a democracia.

Como Secretário do Diretório Municipal da Arena, foi com satisfação que apusemos nossa assinatura à ata de registro. Destacamos de forma especial, o trabalho do atual Presidente, Deputado Federal Hermes Macedo, que, com brilhantismo e imparcialidade conduziu as diversas reuniões que se realizaram no sentido de que fossem realizadas diretrizes para encontro do melhor caminho a ser seguido. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, sexto orador inscrito.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Por determinação do Sr. Deputado Paulo Camargo, Presidente desta Casa, e como Deputado mais votado, acompanhamos os nobres Deputados Fabiano Braga Cortes e

Accioly Netto, representantes deste Poder, em data de 13 do corrente, aos festejos comemorativos de seus 206 anos de Emancipação Política de Lapa, de cujas festividades, entre outros atos, verificou-se a presença do Governador Jayme Canet Júnior, do Secretário dos Transportes e outras autoridades, a inauguração em asfalto, do acesso ao Monge, velha aspiração, dos lapeanos e que sem dúvida alguma virá trazer um desenvolvimento ainda maior a indústria sem chaminés, já que no próximo ano passado, aquele maravilhoso local fora visitado por 175.000 turistas, o que justifica perfeitamente a determinação do ex-Governador Emilio Gomes, que determinou o asfaltamento daqueles 3.200 metros.

Por outro lado, verificamos com satisfação, o desenvolvimento da agricultura e pecuária naquele município, que atingiu os seguintes índices na agricultura:

Milho — 11.700 toneladas; batatas, 12.750 toneladas; trigo, 2.400 toneladas; arroz, 2.520; soja, 2.475; feijão, 1.782; cebola, 1.900 e tantos outros, na pecuária, com a implantação recente da Bacia Leiteira, já produzindo 37.000 litros de leite por dia.

Mais alguns dados que nos chama a atenção, é da produção vegetal num total de Cr\$ 672.185,60, e industrial na ordem de Cr\$ 24.864,935,66.

Isto é a nossa Legendária Lapa de nossos dias.

Em nome do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, apresento à Mesa, requerimento do seguinte teor (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a inclusão em Ordem do Dia, e regime de urgência, ao Projeto de Lei nº 01/75, oriundo da Mensagem Governamental nº 08/75, de 29 de janeiro de 1975, que visa a autorizar o Poder Executivo a abrir um crédito especial de hum milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00), para a concessão de auxílio à ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PARANÁ, destinado ao atendimento de despesas com a construção e ampliação da Colônia de Férias do Balneário de Caiobá.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1975.

a) IVO THOMAZONI”.

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente. Passaremos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira. Não estando presente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk. Não estando presente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs., Deputados.

Com frequência temos debatido nesta Casa os caminhos do desenvolvimento paranaense e brasileiro, detendo-nos, quase sempre, em questões ligadas à produção de energia.

Essa ênfase para o problema energético não é sem motivo. Não ignoramos que no Século XVIII a Inglaterra era mais atrasada do que os grandes países do oeste europeu. O salto que deu foi impulsionado por dois elementos: o carvão e a máquina a vapor. Com essas armas, então revolucionárias, cresceu e expandiu-se. Só que o salto norte-americano foi apoiado no petróleo e na energia hidroelétrica.

A questão de energia elétrica, mais do que um motivo de discussão, pode ser um elo de união. Os grandes projetos de ampliação da capacidade geradora do Estado, antes de nos dividir hão de somar a todos os que vêem o crescimento do Paraná como fato desejado e ansiado, aos que acreditam que estamos construindo neste pedaço de Brasil um modelo a ser imitado, para orgulho e nosso bem-estar e conforto de nossos filhos.

Diante do grande desafio da geração de energia elétrica, em larga escala, para atender a demanda da região centro-sul, devemos igualmente pensar grande.

E isso em nosso entender, significa deixar de lado tudo que representa um desvio da diretriz principal de nossas caminhadas, Sginifica, a procura igualmente de uma identificação entre as várias correntes de pensamento em favor do objetivo comum. Não é impossível encontrar entre discordâncias e divergências, de questões capazes de reunir um mínimo de identidade de pontos de vista.

Represento, nesta Casa, uma região, a do Sudoeste do Paraná, onde grandes investimentos hidrelétricos estão em execução e projetados e, por isso, tendo acompanhado com vivo interesse o desenvolvimento deste setor, buscando conhecê-lo, em todas as implicações ou repercussões de interesse público.

Aprendi, por exemplo, que a energia elétrica, não obstante sua importância crescente, é uma entre as diversas formas que toma a energia mecânica, oriunda das diversas fontes que se apresentam na natureza.

A substituição de energia física do homem, que lavra a terra, que aciona alavanca, que carrega sacos nas costas, enfim, a substituição dessa energia pela energia mecânica, mudou o ritmo e a fisionomia da civilização num salto instantâneo de carro-de-boi para o caminhão, o trator, o avião e a espaçonave, um salto mais rápido que o pensamento humano, em particular, mais rápido que o pensamento político.

Nos últimos trinta anos, diz um especialista, o homem consumiu mais energia do que em toda a história da humanidade. Só os Estados Unidos e a União Soviética, consomem juntas, mais da metade de toda a energia produzida no mundo, e não é por acaso que são chamadas de supersônicas.

Estarei dizendo alguma novidade?

Com a grande exceção do Japão, os países que mais se desenvolveram antes dos avanços da tecnologia, relativa ao transporte à distância da energia oriunda de usinas hidrelétricas, que é energia inesgotável, e não poluente, foram os que dispunham de carvão próximo aos seus centros industriais, na época da primeira revolução industrial. E por coincidência dispunham de técnicos e maciços capitais, para explorar as reservas próprias de petróleo, de que também dispunham. Não foi porque fossem melhores ou superiores aos outros, mas porque a geografia os favoreceu com esse recurso.

Mas logo que as técnicas para o transporte da energia a grandes distâncias se desenvolveram outros países e o Brasil em particular, começaram a aproveitar seus recursos hidráulicos, de que é um dos mais dotados do mundo. Esses aproveitamentos energéticos aumentaram na proporção em que os mercados de consumo, de maior densidade industrial, comportavam o volume maciço e alto custo dos investimentos exigidos na construção de usinas e de sistema básicos de transmissão.

Porisso, São Paulo se desenvolveu mais que outros Estados. O desenvolvimento da cafeicultura, naquele Estado, havia gerado ali uma concentrada massa de capitais, que seriam apoiados em atividades industriais.

Graças à expansão industrial do grande Estado vizinho, a Light, que abastece de energia elétrica essa área, bem como o Grande Rio, é uma empresa que hoje distribui cerca de metade de toda a energia elétrica consumida no Brasil. E além disso, é importante ressaltar a preços menores, o que se aplica, pois quanto mais denso o consumo de um bem, menor será seu custo unitário. O Brasil, evidentemente, ainda está longe das grandes nações mais desenvolvidas em matéria de produção e consumo de eletricidade. Contudo, sua taxa de crescimento nos últimos tempos, é apontada como a maior da América Latina e uma das maiores do mundo.

Isto talvez já seja novidade para muitos que, desinformados do que se passa nesse setor, se agarram a pormenores secundários, com a impressão de que podem fazer parar o carro da História. Ignoram que o esforço brasileiro no setor energético é apenas um começo, pois ainda estamos lá embaixo nas estatísticas internacionais, embora já entre os dez maiores países do

mundo na produção específica de energia oriunda da hidro-eletricidade. Mas a política da energia está condicionada por suas diferentes formas — primárias e secundárias, térmicas, hidráulicas ou nucleares — e pelas diferentes fontes disponíveis, segundo as diversas maneiras de sua utilização.

Aí está, por exemplo, o caso do petróleo. A crise de energia que o mundo sofre, criada pela súbita quadruplicação dos preços do petróleo, não se encontra apenas diante de nossos olhos. Nós a estamos sofrendo também. Ela, aliás, está na raiz dos maiores problemas de hoje do Brasil, já que importamos cerca de 80 por cento de nossas necessidades.

No II Plano Nacional de Desenvolvimento, aprovado no ano passado pelo Congresso Nacional, o Presidente Geisel chama a atenção da Nação para o urgente, urgentíssimo esforço, no sentido de reduzirmos nossa dependência do exterior em matéria de petróleo. Como? Intensificando os grandes recursos naturais de que o Brasil dispõe em outras fontes de energia — o carvão, o xisto, a hidroeletricidade — e ingressando, sem mais tardanças e com audácia, na era tecnológica da energia de origem nuclear.

O Paraná é, como se sabe, um dos Estados mais bem dotados do País em recursos energéticos. Tem carvão, tem xisto e tem um potencial em hidroeletricidade que não se compara com nenhum outro em nosso País.

No entanto, há menos de quinze anos, se tanto, por uma dessas ironias da sorte, o Paraná era um Estado que vivia às escuras. Para sermos bem exatos, morria de sede com o bico n'água. Mesmo em nossas maiores cidades, a começar pela Capital, a precariedade dos serviços existentes constituía motivo de calamidade pública, de irritação diária, de insatisfações e tensões populares, que punham em risco até a tranquilidade e a segurança públicas. Houve cidades onde os protestos públicos diante dos racionamentos e das interrupções de fornecimento de eletricidade degeneraram em graves distúrbios de rua.

Por deficiência de energia elétrica, indústrias não podiam se instalar no Estado, e houve casos até de indústrias aqui existentes que se transferiram para outras áreas do País. Indústrias, contudo, que precisam funcionar próximas de fontes de matérias primas locais, tiveram que constituir, elas próprias, suas usinas, com o que elevavam enormemente os seus investimentos de capital que, consequentemente, iam se refletir nos altos custos de seus produtos finais.

Esse era o quadro paranaense de pouco mais de uma década, quadro desalentador e irritante, que, além de suas muitas implicações negativas até, por estranho que pareça, certos rendimentos políticos, uma vez que possibilitava, com justa razão, a eleição e reeleição de bravos Deputados desta Casa. Deputados que, em nome do povo, se consagraram à crítica da principal empresa elétrica que desservia a Capital do Estado e seus municípios vizinhos, uma empresa, por sinal, ligada a grupo estrangeiro.

Aqui está conosco o brilhante filho do saudoso Deputado Waldemar Daros, que, certamente, não nos deixa mentir.

Essa precariedade dos serviços de fornecimento de eletricidade não é história de um passado distante. São fatos de ontem, de que todos nós fomos testemunhas e também vítimas.

Não havia a rigor, um sistema elétrico paranaense digno desse nome. O sistema de Curitiba, era mal atendido por uma empresa vinculada a um grupo estrangeiro.

E o sistema do Norte do Paraná era mera extensão do de São Paulo. Pelo interior afora, pequenos motores Diesel funcionavam quando queriam, transformando seus operadores nos homens mais cortejados da localidade.

O grande surto da cafeicultura no setentrão paranaense, que chegou ao seu fastígio na década de 1950, não pôde ser bem aproveitado para que no Estado se reaplicassem as altas rendas geradas pelo setor, por falta de uma infraestrutura de energia elétrica.

A consciência geral do Paraná era de que tal situação não poderia persistir. Ante às indefinições, na época, o Governo Fe-

deral, que é o Poder Concedente para serviços e instalações de energia elétrica, de qualquer origem ou natureza, o Governo do Estado foi compelido a atuar no setor, para suprir as lacunas existentes. A Companhia Paranaense de Energia Elétrica, criada em 1954, viu seus primeiros sete anos de existência se escoarem sem maiores resultados.

Sua atuação dinâmica e eficiente começou no início da década passada, quando a continuidade de uma administração, apoiada pelo Estado e por uma nova e corajosa política, ditada pelos governos da Revolução, permitiram à COPEL, implantar um sistema estadual de eletrificação que, hoje, cobre todo o Paraná. Todas as regiões foram ligadas ao seu sistema, conectado com sistemas de Estados vizinhos, e, inclusive, em caráter pioneiro, com a República do Paraguai.

Em 1960, a participação da empresa paranaense no total da energia distribuída no Estado representava apenas 9 por cento; hoje, corresponde a mais de 96 por cento. A geração de origem hidráulica, que era apenas de 3,2 por cento — pois a maior parte da energia produzida advinha de motores Diesel — elevou-se para 82 por cento.

Todas as cidades-sedes de municípios estão atendidas.

A COPEL promove atendimento direto a 232 e vendas em grosso a outras 47, restando apenas 10, que estão a cargo de pequenas empresas e prefeituras. Mas, o número de cidades, vilas e povoados somados, sobe a 650. O maior incremento ocorreu quanto às ligações industriais, que subiram de 98, em 1960, para mais de 10 mil atualmente.

Um anel pesado de linhas de transmissão circunda o Estado.

Anéis elétricos estão sendo instalados nos principais polos de crescimento industrial, como Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, e Cascavel, para dar maior apoio e confiabilidade ao sistema, onde a utilização da energia elétrica é mais intensa.

Estamos fazendo estes confrontos entre a situação atual e um passado bem recente para melhor ressaltar o significado desse esforço, que, por excelência um esforço paranaense, do Estado, da empresa, da brilhante equipe que dirige, mas, repito, principalmente, de todo o povo. E por que? Porque é das tarifas pagas pelos consumidores, é das capacidades tributárias de suas populações, traduzido no Orçamento estadual, que tem saído os recursos para os grandes investimentos em construções de usinas, em linhas de transmissão, em rede locais de distribuição, em subestações transformadoras, que formam o sistema operado pela COPEL.

Ela tornou-se a maior empresa do Estado e uma das cinco maiores do País, de âmbito estadual, com um capital de mais de um bilhão de cruzeiros, dos quais 82 por cento representam a participação societária do Estado, o que vale dizer, do povo paranaense, um patrimônio pelo qual temos o dever de zelar, antes de questionar e criticar.

Mas tudo o que se faz não se compara ao que está sendo feito e ao que ainda será preciso fazer. O consumo de energia elétrica cresce anualmente no Paraná a taxas elevadas, com o crescimento industrial urbano, num processo em que, sem exagero, ao lado da expansão dos maiores centros, novas aglomerações urbanas brotam dia a dia. Temos ainda de 300 a 400 novas e pequenas localidades a serem atendidas daqui para frente. Aí está, em fase pioneira, o programa de eletrificação rural, em execução, para levar energia ao campo, às fazendas e sítios, através de cooperativas ou diretamente — um programa capaz de atenuar o indiscriminado êxodo rural para as cidades, ainda outro dia objeto de preocupação do Presidente Geisel, já que essa "explosão" urbana não está sendo acompanhada da expansão de um mercado de trabalho compatível, para absorver os que se transferem do campo para os centros urbanos. Isso pode trazer, e já está trazendo, a marginalização das camadas mais simples do povo, condenadas ao afavelamento, pressionando os órgãos assistenciais e até agravando os problemas de segurança nas cidades. A



eletrificação rural pode, certamente, levar mais conforto ao campo, abrir novas oportunidades de trabalho e elevar a produtividade do trabalho agrícola, que é uma exigência irrecusável do nosso desenvolvimento.

Aí está, já em início, a construção da hidrelétrica da Foz do Areia, no Rio Iguaçu, que deverá ser o grande projeto do Paraná desta década, destinada a quintuplicar a capacidade instalada atual do sistema elétrico paranaense.

Até a pouco tempo, uma das questões que mais agitavam os círculos empresariais do Estado, era o das tarifas de energia elétrica, alegando-se que a oferta adequada de energia elétrica não bastava; impunha-se também uma oferta a preços competitivos, como fator indispensável à fixação de novas indústrias e à expansão das existentes.

Esse problema realmente existiu, mas não como de características de gravidade que a ele se emprestava. Em mercados de pouca densidade industrial, o custo de investimento recentes, incide com maior peso sobre as tarifas a áreas mais antigas, onde esses investimentos já estão amortizados e são favorecidos pela alta utilização da energia. Mas, em todo caso, o custo da energia elétrica, como está largamente demonstrado, é o que menos pesa nos custos de produção. Nos principais ramos industriais do Paraná, ele não chega a representar 2 por cento do faturamento, enquanto a matéria prima vai às vezes a 40 por cento, sem falar ainda nos salários pagos, equivalentes a outro tanto, por outro lado, a legislação tributária prevê redução dos tributos que incidem sobre o preço da energia consumida em indústrias de alto coeficientes de utilização da eletricidade. Portanto, não foram esses fatores limitativos da industrialização do Paraná. De resto, se sabe que energia barata é a que não existe.

Todas as objeções quanto às tarifas estão hoje, no entanto, inteiramente superadas. Constituem discussões meramente acadêmicas, pois, com a recente lei federal que prevê a equalização das tarifas de energia elétrica, não mais existem diferenças fundamentais entre os preços da COPEL e os da CESP — Centrais Elétricas de São Paulo e da Companhia Paulista de Força e Luz, existindo, além disso, total igualdade em toda a região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Os reflexos positivos de uma oferta adequada de energia elétrica já se fazem sentir no Paraná, através do crescimento industrial multipolarizado, nas regiões de Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá e Cascavel, evitando-se desse modo, as excessivas concentrações que, em outras áreas do País, já, preocupam a política federal, no sentido de evitar deformações no processo do desenvolvimento e reduzir as disparidades regionais, sociais e setoriais, contrárias ao anseio da integração nacional.

A desconcentração industrial é, aliás, uma das metas do II PND orientação que certamente tende a beneficiar o Paraná, pelas grandes oportunidades que oferece, por força de várias vantagens comparativas, inclusive, por sua situação geográfica no centro do mercado mais desenvolvido do País.

No discurso de posse e agora, com mais ênfase, na palestra que proferiu a um grupo de oficiais do Estado Maior das Forças Armadas, o Governador Jayme Canet Junior que salientou as grandes explorações de energia elétrica e a concretização dos investimentos na Usina de Xisto de São Mateus do Sul, poderão ter importância decisiva para a expansão nacional do parque petroquímico nacional.

O Governador citou, nesses dois pronunciamentos, no campo dos empreendimentos energéticos, Itaipu, com mais de 10 milhões de quilowatts; Foz do Areia, com 2,25 milhões; Salto Osório, com mais de um milhão; Salto Santiago e Salto Sagrado, também com mais de um milhão cada um (os quatro últimos no Rio Iguaçu), como sendo uma soma de obras em geração de energia elétrica que vão mais que duplicar as potências atualmente instaladas no País.

Lembrou, entretanto, que, embora localizados em território paranaense, esses empreendimentos têm por objetivo maior

atender mercados de outras áreas do País, sendo que a construção de barragens e lagos artificiais irá interferir, em maior ou menor grau, com o sistema ecológico da nossa região, além, de representar a perda de terras férteis e agricultáveis. Frisou que, "nos próximos anos, cerca de 10 mil km<sup>2</sup> de território paranaense serão inundados, representando 5 por cento de sua área geográfica".

Assim, o Governador sugeriu que parcela da energia elétrica resultante desses aproveitamentos seja utilizada no desenvolvimento estadual, de tal forma que o Governo Federal promova, com o apoio de complexo hidrelétrico que está sendo implantado, programas regionais de industrialização coerentes com os propósitos do II PND, aqui já mencionados, de descentralização, dos polos industriais.

A importância dessa justa reivindicação, que devemos todos nesta Casa, abraçar, como causa que deve unir todos os paranaenses, como causa de nossa geração, pode ser aquilatada pela observação de um autorizado especialista, segundo o qual o crescimento do consumo de eletricidade e o crescimento da Renda Interna estão inseparavelmente legadas e são indissociáveis. Segundo Fremont Felix, o acréscimo de 3 centavos no consumo de eletricidade corresponde a um aumento de 1 dólar na Renda Interna. E note-se que o aumento da Renda Interna é necessária para o aumento da oferta de emprego que deve ser a preocupação maior dos governos, e em particular num Estado como o Paraná, detentor do maior índice de população jovem do País. Ainda outro dia, falando nos Estados Unidos, sobre os problemas de crescimento que o Brasil enfrenta, o Ministro Reis Velloso, do Planejamento, apontava exatamente a singularização da população do Paraná, da qual 50 por cento são representados por jovens de até 15 anos.

Esse é o grande desafio que temos diante de nós, e para o qual o atual Governo do Paraná está atento, convencido de que não podemos perder a oportunidade de tirar todo o legítimo proveito de nossos recursos naturais em hidreletricidade, com que a natureza nos dotou.

Em outras ocasiões, esperamos poder voltar ao assunto de tão significativa importância. Por ora, deixamos aqui suas linhas preliminares para consideração e de meditação de nossos conterrâneos de legislatura.

É com este enfoque de País grande e da contribuição que a ele pode dar o Paraná que devemos abordar os problemas da energia elétrica, desenvolvendo uma filosofia nova e consciente das oportunidades históricas que se oferecem a nosso estado, e, portanto, à altura de nossas responsabilidades nesta Casa".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk. — (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. — (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni. — (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo. — (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antonio Facci. — (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso. — (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho. — (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos. — (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Del Ciel. — (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho. — (Ausente).

Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do Expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** - Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados

**VOTAÇÃO EM 3ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Resolução nº 17/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 196/74, que aprova o Termo de Acordo celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério do Interior, objetivando criação de Mecanismo de controle da erosão na região Nordeste do Paraná. Pareceres **favoráveis** da C.C.J. e C.A.I.C. **Aprovado.**

**VOTAÇÃO EM 3ª DISCUSSÃO** do projeto de Lei nº 02/75, de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que declara de Utilidade Pública a Associação Hospitalar e Assistência Bom Jesus dos Perdões, com sede e foro na cidade de Guaraqueçaba. Parecer **favorável** da C.C.J. **Aprovado.**

**VOTAÇÃO EM 3ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 45/75, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que declara de Utilidade Pública a União Beneficente e Recreativa de Santa Quitéria, com sede nesta Capital. Parecer **favorável** da C.C.J. **Aprovado.**

**VOTAÇÃO EM 2ª DISCUSSÃO** - do projeto de Resolução nº 19/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 227/74, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, objetivando a continuidade ao Plano de Combate da Raiva dos Herbívoros, utilizando a vacina Era. Pareceres **favoráveis** da C.C.J. e C.A.I.C. - **Aprovado artigo por artigo.**

**VOTAÇÃO EM 1ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Resolução nº 21/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 155/74, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, o Governo do Estado do Paraná e a Associação Paranaense de Reabilitação, para aplicação de recursos destinados a Assistência a Deficientes Físicos. Pareceres **favoráveis** da C.C.J. e C.F. **Aprovado.**

**VOTAÇÃO EM 1ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 67/71, de autoria do Deputado João Mansur, que acresce ao parágrafo 1º do art. 47, da Lei nº 5.871, de 9 de novembro de 1968, o inciso seguinte IV por necessidade da Educação. Parecer **favorável** da C.C.J. e **CONTRÁRIO** da C.I.P. **EM REGIME DE URGÊNCIA**

O SR. IVO THOMAZONI Pela ordem, Sr. Presidente, veriti o que o Projeto nº 67/71, tem parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e contrário da Comissão de Instrução Pública.

Havia, ao início desta sessão, Sr. Presidente, analisado a propositura, que, ha entendimentos diferentes quanto a validade da materia, Sr. Presidente.

Hoje se nos fossemos atender o que preconiza o artigo 68 da Carta Estadual, para se efetivar a transferência de uma professora lotada numa cidade, para outra, mesmo quando o esposo não é funcionario, é possível a transferência prevendo-se que houve transferência de família, do esposo, e a prova desta mudança de endereço é feita juntando-se cópia da transferência da empresa comercial, no caso, ou, e ainda, de atestados de residência e de recolhimento do Instituto de Previdência.

Ocorre, Sr. Presidente, que em inúmeros casos o esposo da funcionária, sendo autônomo, não há como se possa, Sr. Pre

sidente, tazer prova da transferência de família, e portanto beneficiar a funcionária professora dentro do espírito do que preconiza o artigo 68, e ela teria que fatalmente aguardar o concurso de remoção que é feito no Estado, nas férias.

O ex-Deputado desta Casa, Deputado João Mansur, preteendeu através deste Projeto de Lei, acrescentar que a remoção da funcionária, professora, mesmo tendo esposo, mesmo tendo o esposo não agregado a uma atividade empresarial que pudesse portanto ter facilitado a sua transferência, daí pretender incluir um inciso no parágrafo 10 do artigo 47, da Lei nº 5.871, aduzindo as expressões "Por necessidade da educação"

Sei, Sr. Presidente que alguns eminentes pares estão entendendo que o acréscimo desta faculdade poderá ensejar a administração a transferência indiscriminada de professores até transtornos não desejadas pelo próprio professor e por não ser este o nosso entendimento, por entendermos que o projeto de lei preconiza exatamente facilitar esta remoção, é que nós votaremos favoravelmente a matéria, acreditando, Sr. Presidente, que ja a longos anos se banii da administração estadual, aquela forma de se transferir professores por conveniência política ou por solicitações políticas. O que nós políticos temos, nos últimos anos gerenciado, foi sempre no sentido de facilitar a transferência dentro da conveniência da servidora, notadamente aquela que tem a missão de educar os filhos dos brasileiros que moram neste Estado. É por esta razão e por ter este entendimento que me apresso a prestar estas informações para que esta propositura não tenha contra ela nenhuma afirmação de que o que quer propiciar desmando administrativos contra os mais legítimos interesses da classe dos professores. Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao nobre Deputado Gabriel Sampaio, pela ordem.

O SR. GABRIEL SAMPAIO Sr. Presidente, Srs. Deputados, data veníssima o nobre Deputado Ivo Thomazoni, somos contrários ao projeto de lei por razões muito óbvias. Naturalmente o que se pretende facilitar é a remoção de professores. De acordo com o Art. 10º do Estatuto, nós temos condições de emendas ao Estatuto, dando condicionalmente razões outras para se proceder a rempão, e jamais de maneira dúbia e de maneira geral como se encontra redigido no presente projeto de lei. Estou aqui em mãos com o Parecer da Comissão de Instrução Pública em que consta o nosso ponto de vista também, uma vez que esta alteração apresentará um grave risco ao mestre, e nestas condições, ao critério de qualquer autoridade influente e do qual não tenha interesse em deixar, sou contra o projeto de lei, uma vez que iria prejudicar sobremaneira a já tão criticada classe dos professores do Paraná. - (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE Com a palavra o nobre Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO Para encaminhar a votação, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em que pese tratar-se de um projeto de um deputado tirado pelo ex-Deputado João Mansur, cuja figura nos mereceu todo o respeito nesta Casa, entendemos, entretanto, que o projeto tere nos principios que sempre foram defendidos nesta Casa pelo MDB, através de sua bancada, no que diz respeito a segurança do professor. Desejamos, a titulo de ilustração, retutar a afirmação do eminente líder do Governo nesta Casa de que nenhuma transferência política de professor ou de diretores de estabelecimento tem sido feita. Porquanto, ja temos constatado, e ja toram estes fatos motivo da presença de inumeros deputados, da tribuna desta Casa ainda recentemente, que o interesse politico-partidário, dir-se-ia melhor, o interesse puramente partidário tem sido colocado acima de interesses políticos no setor da Educação e noutros setores também, de vez que o interesse político puro, é o interesse comum, que se coloca acima de interesses partidários. A Comissão de Instrução Pública, através



de seus dois ex-deputados, Antonio Lopes Jr. e Alvaro Dias, que integravam esta Casa na Legislatura passada, externou o seu ponto de vista adotando o ponto de vista da classe dos professores, manifestada reiteradamente contra o projeto por representar esta alteração, diz o parecer:

"Um grave risco aos Mestres".

E nestas condições, ficarão sujeitos ao arbítrio de qualquer autoridade influente para removê-los do lugar em que não estejam radicados e do qual não tenham interesse em deixar.

A explanação feita pelo ilustre Deputado Gabriel Sampaio, corrobora fundamentalmente, o parecer da Comissão. E nós não podemos negar qualidades a este ilustre parlamentar que é um estudioso dos problemas educacionais deste Estado. Por esta razão a nossa bancada cotará contrariamente ao projeto. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra o Sr. Deputado Ivo Thomazoni, para encaminhar a votação.

O SR. IVO THOMAZONI - Sr. Presidente, quer me parecer que para reformular a minha posição é facultado o direito de falar. Eu não havia sequer solicitado a palavra para encaminhar a votação, estava falando na discussão sem me aperceber que ela havia sido encerrada.

Sr. Presidente, não tem a ARENA na palavra do eminente vice-presidente, nenhuma intenção de faltar a questão sobre esta matéria. O que eu quero significar, Sr. Presidente, é que fico no direito de votando, contra este projeto de lei, no futuro, argumentar junto aos professores que a ilustrada bancada do MDB, tendo rejeitado este projeto de lei, permanecerá dificultando transferências pretendidas por professoras, requeridas sempre, porque o próprio Estatuto diz que a "remoção é feita a pedido", e sem que seja pedido não será feita. Portanto, jamais, se permitiria qualquer perseguição política de professoras. Revejo a minha posição, voto contra o projeto de lei, apenas com o direito de dizer às professoras ou professores no futuro, de que não terão facilitadas as suas transferências de acordo com o Artigo 68, porque a ilustrada bancada do MDB rejeitou esta proposição. - Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Para encaminhamento de votação, tem a palavra o Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não teria mais necessidade de usar da palavra a respeito deste projeto, depois de ter falado o eminente líder de minha bancada que colocou com muita propriedade, a posição do MDB a respeito deste assunto.

Entretanto, matéria nova surgiu, uma nova posição foi aqui formulada, responsabilizando o MDB pelas dificuldades eventuais que possam surgir em razão de nos opormos à aprovação desta iniciativa.

Ocorre que bem conhecemos a lei, que bem conhecemos as regras que estão a dirigir este assunto, bem conhecemos a maneira como se processam tais fatos. Nós aqui, ao contrário, queremos testemunhar o nosso crédito no bem senso da Secretaria de Educação em atender aos casos que lá possam surgir, exclusivamente pleiteados pelos professores que forem pedir remoções. Haverá a Secretaria de Educação, no interesse da educação, de proporcionar a possibilidade a que isto se processe, já que a lei estabelece e o regulamento permite.

Ora, Sr. Presidente, parece que ficamos em meias palavras, parece que falamos aqui sem dizer tudo que era necessário ser dito, porque já no parecer anteriormente aprovado e contrário à aprovação do projeto se insinuou, e alguns oradores que me antecederam também insinuaram, que o que pretende o projeto é abrir a possibilidade a que o professor, já tão carente de segurança, pleiteando há tanto tempo condições de poder agir livre e independentemente no cumprimento de sua nobre missão, fique à mercê do senhor do momento, à mercê da autoridade influente, como cita o parecer.

Nesta Casa tem se repetido, e diariamente, os excessos que se notam em tantas e tantas áreas, em tantos e tantos setores da administração. Não seremos nós, do MDB, que iremos facilitar, que iremos dar condições àqueles que, tendo a responsabilidade de gerir estas coisas, vejam-se agora beneficiados com a possibilidade de manejar o professorado paranaense.

Sr. Presidente, acompanhamos com tranquilidade a posição já anunciada por nossa bancada e declaramos que aceitamos o desafio que nos foi lançado e sem necessidade de explicar, pois é o próprio professorado que clama contra este projeto. - (Sem revisão do orador).

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra o Sr. Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vejo com alegria que a nossa bancada, uníssona nas deliberações objetivando um sentido de ordem pública, quando envolverá para uma votação desta natureza, como que fulmina uma pretensa modificação do Estatuto do Magistério, no que tange a uma parte política, aquele jogo de conveniência que está por deste dispositivo geral que se pretende modificar.

Evidentemente que ao lado de nossa bancada, ao lado do nosso Partido, outras vezes vieram também do partido oficial e uma modificação nessa pretensa posição veio deliberar, somando com a nossa posição.

E é com simpatia que, particularmente, vemos a posição renovada, retomada do Partido e através da própria liderança do Governo.

Realmente, o contido nesse projeto de lei vem dissimular uma posição de ação, de atividade política dentro do Magistério, como que cerceando a própria atividade do professor, poderia ser alcançado por esse projeto de lei.

A voz de nossa liderança, traduzindo o pensamento harmônico de nossa bancada, e é com esse mesmo espírito, incorporado no pensamento implícito da Liderança, é que votamos, também, para reforçar as palavras já proferidas pelos companheiros de bancada, que estamos de pleno acordo e votaremos pela rejeição do projeto de lei. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Continua em votação. - **Rejeitado.**

VOTAÇÃO EM 1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 193/74, de autoria do Deputado Antonio Maciel Filho, que denomina de Estrada dos Pioneiros do Paraná, a rodovia que liga Mauá-Ivaiporã. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.O.P.T.C. - **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM 1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 11/75, de autoria do Deputado Otássio Pereira, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para efeito de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que partindo do Distrito de Rosário município de Grandes Rios, liga Poço Comprido, Palmital e Rio do Peixe à BR-376, no município de Ortigueira, parecer CONTRÁRIO da C.C.J. e favorável da C.O.P.T.C. - **Rejeitado.**

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando inclusão da Ordem do Dia, e regime de urgência para o Projeto de Lei nº 01/75. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando voto de congratulações à Coordenadoria Regional do INCRA, no Paraná, pela dedicação e eficiência com que se houveram para que fosse possível a entrega de títulos definitivos de propriedades de terras, a cerca de 100 colonos. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Cioni Netto, constante do expediente de sessão anterior, com a sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente

da TELEPAR, no sentido de que seja instalado um aparelho telefônico nos distritos de Ivaté, Serra dos Dourados, Perobal e Santa Eliza, no município de Umuarama. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Faci constante do expediente de sessão anterior, com a sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, no sentido de que seja instalada uma agência do Banco do Estado do Paraná, no sentido de que seja instalada uma agência do referido estabelecimento de crédito, na sede do município de Floraí, comarca de Nova Esperança. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com a sua discussão encerrada, solicitando voto de louvor à Legião de Boa Vontade — Secção do Paraná, pelo 20º aniversário de fundação do núcleo nº 8 — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando seja enviado cópia de seu pronunciamento feito quinta-feira, dia 12 do corrente, sobre o Banco Nacional de Habitação, aos Srs. Presidente da República, Presidente do BNH, Ministro da Justiça e Governador do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, fazendo um apelo para o início imediato da construção do novo prédio para o Fórum da Comarca de Cianorte. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Deputado Federal Antonio Anibelli, apresentando cumprimentos e hipotecando irrestritos apoio à iniciativa da apresentação de projeto para a criação da zona franca de Foz do Iguaçu. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, lido da tribuna, solicitando transcrição na ata dos trabalhos do dia de hoje, o artigo "Partido e distribuição e cargos", do jornal "O Estado de São Paulo", do dia 15 do corrente mês. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com a sua discussão encerrada, solicitando informações à Universidade Estadual de Maringá. — **Retirado pelo autor.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que, através do Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR — sejam prestadas informações sobre a entrega de ações aos usuários e promitentes usuários de telefones, prevista nos diversos "Planos de Participação" estabelecidos por aquela companhia. — Em discussão.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Para discutir, peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão do requerimento para a sessão de amanhã.

A Mesa tem a satisfação de comunicar ao plenário, a presença nesta Casa do Sr. Deputado Federal Alvaro Dias.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 17, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 19/75.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 21/75 e do Projeto de Lei nº 194/74.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 47/75 e dos Projetos de Lei nºs 01/75 e 41/75.

Levanta-se a Sessão.

#### DECRETO LEGISLATIVO:

##### DECRETO LEGISLATIVO Nº 392/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2098/75, de 16 de março de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de CLEIDE ANGELINA MOLINARI DA SILVA ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de junho de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO Nº 393/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1.823/75, de 10 de março de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de LILIAN MARY DOS SANTOS REBÊLLO, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO Nº 394/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1.564/75, de 4 de março de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JOSÉ RENATO DUARTE, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário